



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 164/XII/ 3.ª SL

Aos 13 dias do mês de maio de 2014, pelas 18:52 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Informações e outros assuntos.

2. Apreciação e votação dos Pareceres elaborados no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

a) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que diz respeito à produção biológica e à rotulagem dos produtos biológicos, que altera o Regulamento (UE) n.º XXX/XXX do Parlamento Europeu e do Conselho [Regulamento relativo aos controlos oficiais] e que revoga o Regulamento (CE) n.º 834/2007 do Conselho [COM(2014)180] objeto de Relatório da Comissão de Agricultura e Mar e de Parecer da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Deputado Autor de Parecer: Paula Baptista (PCP)

b) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre o funcionamento do sistema «porto seguro» na perspetiva dos cidadãos da UE e das empresas estabelecidas na UE [COM(2013)847] objeto de Relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Deputado Autor de Parecer: Catarina Martins (BE)

c) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO relativa ao relatório conjunto da Comissão e do Departamento do Tesouro dos EUA sobre o valor dos dados fornecidos no quadro do Programa de Detecção do Financiamento do Terrorismo (TFTP), nos termos do artigo 6.º, n.º 6, do Acordo entre a UE e os EUA sobre o tratamento de dados de mensagens de pagamentos financeiros e a sua transferência da UE para os EUA para efeitos do



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 164/XII/ 3.ª SL

TFTP [COM(2013)843], objeto de Relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Deputado Autor de Parecer: Vitalino Canas (PS)

3. Nomeação de Deputado Autor de Parecer, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

- a) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre a aplicação do Regulamento (UE) N° 472/2013 [COM(2014)61] objeto de Relatório da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública.
- b) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Estado atual da estratégia Europa 2020 para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo [COM(2014)130] objeto de Relatório da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública.
- c) Proposta de DECISÃO DE EXECUÇÃO DO CONSELHO que aprova a atualização do programa de ajustamento macroeconómico de Portugal [COM(2014)184] objeto de Relatório da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública.

4. Apreciação e votação da Ata n.º 163/XII relativa à reunião de 06 de maio de 2014.

1. Informações e outros assuntos.

O Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Paulo Mota Pinto (PSD), iniciou a reunião, dando conta das seguintes informações:



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 164/XII/ 3.ª SL

- a) Receção da carta remetida pelo Presidente da Comissão de Escrutínio Europeu da *House of Commons* do Parlamento do Reino Unido:

Nos termos do artigo 5.º do Protocolo (n.º 2) relativo à aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade, anexo ao Tratado de Lisboa, “Os projetos de atos legislativos são fundamentados relativamente aos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade. Todos os projetos de atos legislativos devem incluir uma ficha com elementos circunstanciados que permitam apreciar a observância dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade. (...)”

A House of Commons considera que esta disposição obriga a Comissão a justificar na ficha (exposição de motivos que antecede uma proposta de ato legislativo) a conformidade com o princípio da subsidiariedade e que não pode remeter para a Avaliação de Impacto essa justificação, por este último documento ser um documento de trabalho e não disponível em todas as línguas (usualmente apenas em inglês).

A House of Commons considera ainda que esta atuação da Comissão Europeia pode consubstanciar um vício de forma no procedimento suscetível de fundar ação no Tribunal de Justiça.

Com vista a habilitar a Comissão a responder, foi acordado que a referida carta seria distribuída a todos os Senhores Deputados da CAE e a sua apreciação seria agendada para a próxima reunião.

- b) Para efeito de contactos políticos e ponto de situação da integração do Montenegro na União Europeia, a Mesa e Coordenadores concederiam uma audiência ao Secretário de Estado da Integração Europeia do Montenegro, no dia 20 de maio, às 15h30.
- c) Seria realizada a audição do Embaixador da União Europeia nos EUA, João Vale de Almeida, no dia 24 de junho, às 15h00 sobre (possíveis) temas como: Parceria transatlântica para comércio e investimento (TTIP); Ucrânia; Proteção de dados.
- d) A próxima reunião, teria lugar em 27 de maio, às 16h00.

2. Apreciação e votação dos Pareceres elaborados no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 164/XII/ 3.ª SL

a) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que diz respeito à produção biológica e à rotulagem dos produtos biológicos, que altera o Regulamento (UE) n.º XXX/XXX do Parlamento Europeu e do Conselho [Regulamento relativo aos controlos oficiais] e que revoga o Regulamento (CE) n.º 834/2007 do Conselho [COM(2014)180] objeto de Relatório da Comissão de Agricultura e Mar e de Parecer da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Deputado Autor de Parecer: Paula Baptista (PCP)

A Senhora Deputada Paula Baptista (PSD) apresentou sucintamente o Parecer, o qual submetido a votação foi aprovado por unanimidade.

b) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre o funcionamento do sistema «porto seguro» na perspetiva dos cidadãos da UE e das empresas estabelecidas na UE [COM(2013)847] objeto de Relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Deputado Autor de Parecer: Catarina Martins (BE)

O Senhor Presidente começou por fazer o enquadramento da necessidade de clarificação do ponto 2 das conclusões do Parecer em apreciação (objeto de acordo dos Senhores Deputados, por ocasião da apresentação do Parecer, por si efetuada, a pedido da Deputada Autora do Parecer, na reunião anterior), tendo em conta que o mesmo tinha suscitado dúvidas.

No uso da palavra, a Senhora Deputada Catarina Martins (BE) lembrou que se tratava de um parecer sobre uma iniciativa que não se debruçava sobre o princípio da subsidiariedade, sendo que a análise era de cariz político.

Considerou que a apreciação da Comunicação sobre o “Porto Seguro”, em matéria de transmissão de dados, era muito crítica e reconhecia as fragilidades do sistema. O Parlamento Europeu defendia uma posição de suspensão do sistema, enquanto não



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 164/XII/ 3.ª SL

fosse corrigido, ao contrário da Comissão Europeia que concluíra que deveria continuar em funcionamento, embora não apresentasse segurança para os cidadãos europeus.

Nesse contexto, considerava que o Parlamento português deveria expressar-se no sentido da suspensão do programa “Porto Seguro”, enquanto não fossem introduzidas correções.

Em seguida, intervieram os Senhores Deputados João Lobo (PSD), Carlos Costa Neves (PSD) e Vitalino Canas (PS) para debater a questão em torno de: abordagem de um caso de transmissibilidade de dados pessoais, em sede de Tribunal de Justiça da União Europeia; necessidade de averiguar se o Parlamento Europeu tinha aprovado alguma proposta nesse sentido; face às dúvidas suscitadas, promover o adiamento deste ponto da ordem de trabalhos, uma vez que esta iniciativa não estava sujeito ao cumprimento de prazo.

A Senhora Deputada Catarina Martins (BE) referiu, então, que faria chegar à Comissão o documento no qual se tinha baseado para defender a sua posição.

Por fim, o Senhor Presidente referiu que o assunto seria adiado para a reunião seguinte e mencionou o registo da seguinte alteração ao texto do Parecer, relativamente à Parte IV – Parecer, com o acordo da sua Autora:

....

2. *Adere-se à análise que dá corpo à Comunicação e às suas Conclusões;*
3. *Em consequência, a Comissão recomenda a suspensão do Programa “Porto Seguro” enquanto não existirem garantias de proteção dos dados dos cidadãos europeus;*
4. *A Assembleia da República continuará a acompanhar a avaliação do funcionamento do sistema “porto seguro”.*

c) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO relativa ao relatório conjunto da Comissão e do Departamento do Tesouro dos EUA sobre o valor dos dados fornecidos no quadro do Programa de Detecção do Financiamento do Terrorismo



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 164/XII/ 3.ª SL

(TFTP), nos termos do artigo 6.º, n.º 6, do Acordo entre a UE e os EUA sobre o tratamento de dados de mensagens de pagamentos financeiros e a sua transferência da UE para os EUA para efeitos do TFTP [COM(2013)843], objeto de Relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Deputado Autor de Parecer: Vitalino Canas (PS)

O Senhor Deputado Vitalino Canas (PS) apresentou sucintamente o Parecer, o qual, submetido a votação foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

3. Nomeação de Deputado Autor de Parecer, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

a) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre a aplicação do Regulamento (UE) N° 472/2013 [COM(2014)61] objeto de Relatório da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública.

O Grupo Parlamentar do PSD indicou como Autor do Parecer, o Senhor Deputado Carlos Costa Neves.

b) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Estado atual da estratégia Europa 2020 para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo [COM(2014)130] objeto de Relatório da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública.

O Grupo Parlamentar do PS indicou como Autor do Parecer, o Senhor Deputado Carlos Zorrinho.

c) Proposta de DECISÃO DE EXECUÇÃO DO CONSELHO que aprova a atualização do programa de ajustamento macroeconómico de Portugal



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 164/XII/ 3.ª SL

[COM(2014)184] objeto de Relatório da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública.

O Grupo Parlamentar do PSD indicou como Autor do Parecer, o Senhor Deputado Carlos São Martinho.

4. Apreciação e votação da Ata n.º 163/XII relativa à reunião de 06 de maio de 2014.

Submetida a votação pelo Senhor Presidente foi a ata n.º 163/XII relativa à reunião de 06 de maio de 2014 aprovada com os votos a favor do PSD, PS e CDS-PP e a abstenção do PCP, registando-se a ausência do BE.

A reunião foi encerrada às 19:15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 14 maio 2014.

O PRESIDENTE

(PAULO MOTA PINTO)



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 164/XII/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Costa
António Cardoso
António Rodrigues
Carlos Costa Neves
Carlos São Martinho
Catarina Martins
Gabriel Côrte-Real Goucha
João Lobo
Nuno Filipe Matias
Paula Baptista
Paula Gonçalves
Paulo Mota Pinto
Pedro Silva Pereira
Rui Barreto
Sérgio Azevedo
Vitalino Canas
Lídia Bulcão

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes
Carlos Zorrinho
Duarte Marques
Jacinto Serrão
José Ribeiro e Castro